

Relatório Anual 2019





Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	5
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)	6
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	17
DIRETORIA EXECUTIVA	17
CONTADOR	17
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
BALANÇO SOCIAL ANUAL/2019	20
UNIDADES	21



Relatório da Administração 2019

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O ano de 2019 foi de grandes desafios e oportunidades para a Pamplona Alimentos S.A.. Caracterizado por importantes avanços na execução da sua estratégia de excelência operacional alinhada à disciplina financeira, permitiu conquistar, com sucesso, significativo incremento, na performance operacional e ao mesmo tempo concentrar esforços no plano de crescimento orgânico de longo prazo, gerando valor aos acionistas. Cabe destacar a cadeia de produção de carnes suínas brasileira, que em 2019 foi impactada por acontecimentos externos, sendo o mais relevante o surto de peste suína africana (PSA) na China, que desencadeou um aumento significativo na demanda por proteínas, trazendo para a Pamplona Alimentos S.A. oportunidades de crescimento e fortalecimento do seu negócio. Mesmo sendo um ano desafiador para o mercado interno, a Companhia, convicta do seu potencial de crescimento sustentável a longo prazo, manteve a estratégia de fortalecimento e divulgação de suas marcas, com campanhas de marketing voltadas à qualidade e tradição da Pamplona Alimentos S.A.. Baseando-se nas tendências de consumo, foi reativada a marca Saudável com um conceito reformulado e lançamento de novos produtos. A Companhia investiu e realizou iniciativas importantes, com soluções inovadoras, de alta qualidade e de criação de valor, na ampliação das linhas de produtos embutidos e na revisão dos processos, mantendo as políticas de redução de custos e de aumento da eficiência operacional, entre outros projetos de aprimoramento da operação, para solidificar-se nos mercados onde atua e com o foco na melhoria da estrutura financeira. Baseada na sua responsabilidade social e ambiental, alinhada com o plano estratégico, a Pamplona Alimentos S.A. buscou otimizar os resultados através dos recursos destinados aos investimentos realizados em 2019. Ampliando a capacidade de produção de produtos embutidos, porcionados e fatiados, práticos e destinados ao consumidor final, visando ganhos de produtividade, cabendo destacar a duplicação de curados e maturados e a ampliação da área de produção de bacon e linguças defumadas, instalação de um tombador e novo silo para armazenamento de grãos, financiados pelo BNDES, implementação do Sistema de Gerenciamento de Transporte (TMS), permitindo atender as demandas geradas pela área comercial e, no contínuo desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos, financiados pela FINEP. As melhorias em Governança e Sustentabilidade e a estruturação do sistema de Compliance que foram implementadas ao longo do ano anterior, solidificaram-se em 2019, com extraordinária atuação do Conselho de Administração e dos diversos Comitês, que amadureceram as proposições e decisões além de melhorar os controles da Companhia através da união de experiência de membros independentes e dos executivos seniores. Foi publicado o segundo relatório de sustentabilidade seguindo as diretrizes internacionais da GRI (Global Reporting Initiative), passos significativos em busca da estruturação de mecanismos de ética, transparência e prestação de conta da Pamplona Alimentos S.A.. O ano de 2019 demonstrou a capacidade da Companhia de aproveitar as oportunidades para performar em meio a um ambiente bastante desafiador, resultando no crescimento da receita operacional bruta (ROB), que atingiu R\$ 1.371 milhões (R\$ 1.098 em 2018), correspondente a 24,9% em relação a 2018, proveniente da melhoria dos preços no mercado externo, em razão da ampliação das vendas para a China, em face da peste suína. No mercado interno por sua vez, foi enfrentado um aumento na agressividade das ofertas, enquanto a atividade econômica permanecia com baixo crescimento, dado ao contexto da expansão do mercado externo e da forte alta do milho, principal insumo da carne suína e do baixo poder de compra das pessoas, não sendo possível repassar, na sua totalidade, os custos aos preços, impossibilitando o atingimento das margens brutas esperadas. Como consequência do melhor perfil das vendas, destaca-se a margem EBITDA ajustada, que atingiu R\$ 145,8 milhões (margem de 11,9%), ante EBITDA ajustado de R\$ 6,7 milhões (margem de 0,7%), em 2018. Alinhado com esse resultado, a Pamplona Alimentos S.A. obteve um lucro líquido de R\$ 68,6 milhões, ante o prejuízo de R\$ 35,9 milhões, em 2018. O êxito em 2019 deve-se a evolução estratégica das linhas de produção, ao aproveitamento das oportunidades criadas a partir da expansão da operação e uma abordagem voltada para eficiência e geração de valor para os acionistas. A Companhia entende que para conquistar melhores resultados, precisa de um time engajado e coeso. Por isso estabelece uma relação de transparência em todos os níveis da Pamplona Alimentos S.A. Clareza e direcionamento são fundamentais para que o time atue na direção dos objetivos, com autonomia e senso de dono. Oferece espaço e oportunidades para que a equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as suas conquistas corporativas e pessoais, premiando através do programa de participação de resultados as metas alcançadas. A Companhia despendeu investimentos em imobilizado R\$ 44 milhões (R\$ 24,3 milhões em 2018), que objetivaram a ampliação e modernização das fábricas, dos processos industriais e agropecuários, elevando assim a capacidade de atender de forma mais eficaz as exigências dos mercados. Adicionalmente, com a desalavancagem e boas condições de dívida líquida financeira, que tem características de longo prazo, encerrou o ano com R\$ 202 milhões, (R\$ 249 milhões em 2018), proporcionando maior solidez e capacidade de investir em longo prazo. Para 2020 a Pamplona Alimentos S.A. pretende continuar seu plano de expansão, sempre primando por elevados padrões de gestão empresarial e governança corporativa e ressalta o seu compromisso de continuar crescendo com inovação e conquista de novos mercados. Continuará com o compromisso de cumprimento de sua agenda estratégica, visando a contínua evolução da excelência operacional e alocação eficiente do capital, oferecendo produtos com qualidade e sabor aos seus clientes. Será submetida à deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 22 de Abril de 2020, a proposta da Administração a respeito da destinação do lucro do exercício de 2019 de R\$ 68,6 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 1,8 milhões; da constituição da reserva legal de R\$ 3,5 milhões; da destinação de dividendos de R\$ 6 milhões; ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$ 11,1 milhões, esta aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de Outubro de 2019; e da constituição da reserva de retenção de lucros de R\$ 49,8 milhões. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece aos seus acionistas e instituições financeiras pelo suporte e confiança, condições fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os lucros alcançados, aos colaboradores que trabalharam com afinco na construção dos resultados obtidos e no atendimento aos stakeholders, a confiança de todos os clientes, integrados, fornecedores e prestadores de serviços, pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas dando suporte ao desenvolvimento, visando oferecer, sempre, produtos práticos e saudáveis.

A Administração
Rio do Sul, 17 de março de 2020



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.659	37.824
Contas a receber de clientes	5	177.074	125.788
Estoques	6	72.925	70.700
Ativos biológicos	7	101.365	93.658
Impostos a recuperar	9	44.305	55.307
Outras contas a receber		4.003	5.466
Total do ativo circulante		445.331	388.743
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	9.251	9.159
Impostos a recuperar	9	17.034	26.524
Ativos biológicos	7	18.735	13.410
Outras contas a receber		158	1.125
Total do realizável a longo prazo		45.178	50.218
Propriedades para investimentos		4.319	4.319
Intangível		3.123	2.945
Imobilizado	11	324.639	299.767
Total do ativo não circulante		377.259	357.249
Total do ativo		822.590	745.992
Passivo			
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	165.352	191.057
Fornecedores		124.376	97.997
Salários, encargos e contribuições sociais		26.201	16.656
Obrigações tributárias		6.203	5.319
Comissões a pagar		2.875	2.603
Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	15.490	–
Outras contas a pagar		11.128	8.392
Total do passivo circulante		351.625	322.024
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	81.862	95.566
Provisão para contingências	8	35.636	31.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	5.979	893
Outras contas a pagar		5.409	5.283
Total do passivo não circulante		128.886	133.355
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	168.390	168.390
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	71.708	73.535
Reservas de lucros	13.c	101.981	48.688
Total do patrimônio líquido		342.079	290.613
Total do passivo e patrimônio líquido		822.590	745.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	16	1.216.064	956.991
Custo dos produtos vendidos	17	(951.484)	(877.611)
Lucro bruto		264.580	79.380
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(109.929)	(105.415)
Administrativas e gerais	17	(16.066)	(15.001)
Outras (despesas) receitas operacionais		(16.578)	1.350
Resultado antes do resultado financeiro		122.007	(39.686)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	18.456	19.072
Despesas financeiras	18	(45.224)	(40.300)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		95.239	(60.914)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(21.532)	–
Diferido	10	(5.086)	24.995
Resultado do exercício		68.621	(35.919)
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$			
Básico		197,19	(103,21)
Diluído		197,19	(103,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	68.621	(35.919)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	68.621	(35.919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros legal	Reserva de lucros retensão de lucros	Dividendos adicionais propostos	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		155.000	75.378	8.611	89.553	2.000	–	330.542
Integralização de capital com dividendos adicionais propostos	13.a	2.000	–	–	–	(2.000)	–	–
Integralização de capital com juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	13.a	11.390	–	–	–	–	–	11.390
Realização do custo atribuído	13.b	–	(2.793)	–	–	–	2.793	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	–	950	–	–	–	(950)	–
Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	14	–	–	–	(13.400)	–	–	(13.400)
Distribuição de reserva de lucros	14	–	–	–	(2.000)	–	–	(2.000)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	(35.919)	(35.919)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c (ii)	–	–	–	(34.076)	–	34.076	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		168.390	73.535	8.611	40.077	–	–	290.613
Realização do custo atribuído	13.b	–	(2.768)	–	–	–	2.768	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	–	941	–	–	–	(941)	–
Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas	14	–	–	–	–	–	(11.100)	(11.100)
Dividendos	14	–	–	–	–	–	(6.055)	(6.055)
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	68.621	68.621
Constituição de reserva legal	13.c (i)	–	–	3.431	–	–	(3.431)	–
Constituição de reserva de lucros	13.c (ii)	–	–	–	49.862	–	(49.862)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		168.390	71.708	12.042	89.939	–	–	342.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	68.621	(35.919)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19.431	16.455
Imposto de renda corrente e diferido	26.618	(24.800)
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado	152	996
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	4.023	1.700
Ajuste de valor justo de investimento	-	(1.250)
Ajuste de valor justo de ativo biológico	348	29.460
Juros e variação cambial não realizadas	22.773	19.514
	141.966	6.156
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(51.286)	(9.400)
Estoques	(2.225)	(9.589)
Ativos biológicos	(13.380)	(16.436)
Impostos a recuperar	20.492	5.800
Outras contas a receber	2.430	(1.757)
Depósitos judiciais	(92)	(278)
Fornecedores	26.379	790
Contas a pagar e comissões	3.134	2.052
Obrigações tributárias	(377)	(916)
Salários, encargos e contribuições sociais	9.545	(2.112)
Caixa líquido proveniente (usado nas) das operações	136.586	(25.690)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.271)	-
Juros pagos por empréstimos	(23.167)	(19.540)
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	93.148	(45.230)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(44.020)	(24.150)
Aquisição de intangível	(612)	(192)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(44.632)	(24.342)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	220.303	236.606
Pagamentos de empréstimos	(259.318)	(180.910)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(1.666)	(2.010)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(3.500)
Caixa líquido proveniente dos (usado nas) atividades de financiamentos	(40.681)	50.186
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.835	(19.386)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	37.824	57.210
No fim do exercício	45.659	37.824
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.835	(19.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.338.153	1.073.022
Outras receitas	770	3.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	446	(923)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(842.123)	(755.452)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.819)	(123.924)
Valor adicionado bruto	389.427	196.634
Depreciação, amortização e exaustão	(19.431)	(16.455)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	369.996	180.179
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	18.456	19.072
Outras	13	8
Valor adicionado total a distribuir	388.465	199.259
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	101.319	85.210
Benefícios	1.867	1.351
FGTS	8.717	9.399
Tributos		
Federais	71.085	12.133
Estaduais	89.954	85.054
Municipais	176	202
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	45.224	40.300
Aluguéis	1.502	1.529
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	51.466	(49.319)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	17.155	13.400
Valor adicionado atribuído	388.465	199.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. | CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos, no processamento e industrialização da carne suína, bovina e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações, duas casas de carnes e sete granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina. Dispõe de nove centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, dois em São Paulo e um nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; e, no mercado externo desde 1996. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posiciona-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

2. | BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2020.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 7** - Ativos biológicos; • **Nota 8** - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • **Nota 11** - Imobilizado.

3. | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Mudanças nas principais políticas contábeis: A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, de acordo com as normas vigentes.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir, dentre outros, atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente; e (iii) valor justo. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado:** Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por **impairment** a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o **impairment** são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. A administração avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de **impairment** destes ativos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 5). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f. Estoques: Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

g. Ativos biológicos: Os ativos biológicos destinados a produção (suínos vivos) foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentaram variações significativas quando comparado com o seu valor justo (fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos (ativo biológico) e das vendas destes produtos nos próximos meses, oriundos da transformação destes animais vivos. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. Todas as alterações ao valor justo foram reconhecidas no resultado do exercício.

h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (**impairment**), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

(ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	2 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Outros ativos	5 anos



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Propriedades para investimentos: Representado principalmente por propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

j. Ativos intangíveis: A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos intangíveis são amortizadas em 10 anos.

k. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Capital social: Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo.

n. Receita operacional: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

o. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de juros e ganho de variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e perdas com variação cambial. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Ajuste a valor presente: As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,69% a.m.. Tal índice representa a taxa média de captação da companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 34 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 40 dias. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo.

r. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

(i) **Contas a receber de clientes e outros créditos:** O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. (iii) **Ativos e passivos financeiros derivativos:** Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

s. **Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

4. | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	201	163
Bancos	13.646	10.970
Numerários em trânsito - US\$	9.136	10.125
Aplicações financeiras	22.676	16.566
Total de caixa e equivalente de caixa	45.659	37.824

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário (CDB) com rendimentos entre 75% a 100% da variação do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Empresa mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2019, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

5. | CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2019	2018
No País	86.651	83.963
No Exterior	90.922	42.210
	177.573	126.173
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	(385)
	177.074	125.788

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2019	2018
A vencer	166.710	114.751
Vencidos há 30 dias	6.652	9.351
Vencidos de 31 a 60 dias	2.193	536
Vencidos de 61 a 90 dias	385	791
Vencidos de 91 a 180 dias	843	360
Vencidos a mais de 180 dias	790	384
	177.573	126.173
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	(385)
	177.074	125.788

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui recebíveis em garantia para financiamentos no montante de R\$ 6.246.

6. | ESTOQUES

	2019	2018
Produtos acabados	45.758	42.398
Produtos em elaboração	6.599	6.619
Matérias-primas	12.486	13.729
Materiais secundários	5.332	5.487
Almoxarifado	2.750	2.467
	72.925	70.700

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tem R\$ 45.786 de estoques dados em garantias de financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

7. | ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção). As florestas foram reconhecidas ao valor justo.

	2019	2018
Suínos vivos	118.133	104.890
Bovinos vivos	303	172
Florestas	41	35
Ajuste do valor justo do ativo biológico	1.623	1.971
Total	120.100	107.068
Ativo circulante	101.365	93.658
Ativo não circulante	18.735	13.410

O aumento de suínos vivos, deve-se: a) pelo incremento de suínos para abate, e de matrizes e reprodutores; b) a melhora do peso médio no campo; e c) elevação dos custos de produção. Foram classificados no ativo não circulante os ativos biológicos relativos as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses e os reflorestamentos. A Companhia possui ativos biológicos dados em garantia de financiamentos em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 649.

8. | DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias	8.821	8.693	26.506	24.826
Cíveis	-	-	631	-
Trabalhistas	430	466	8.499	6.787
Total	9.251	9.159	35.636	31.613

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos, e foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com probabilidade de perda provável. As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2019 e de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.327	23.586	-	29.913
Adições	538	1.240	-	1.778
Baixas	(78)	-	-	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.787	24.826	-	31.613
Adições	1.853	1.762	631	4.246
Baixas	(141)	(82)	-	(223)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.499	26.506	631	35.636

Trabalhistas: As provisões trabalhistas são constituídas com base nos processos de reclamatórias trabalhistas provenientes de processos judiciais e/ou administrativos. **Tributárias:** Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Contingências possíveis:** A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 52.807 (R\$ 87.708 em 2018), cuja opinião dos assessores jurídicos é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. **Contingência ativa:** A Companhia possui ações judiciais visando reconhecer seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, os referidos pleitos encontram-se aguardando o julgamento dos agravos da União. Os assessores legais da Empresa compreendem que o êxito desta ações é provável, entretanto, devido à não ocorrência do trânsito em julgado em nenhum dos processos, bem como, da indefinição do STF quanto à questão suscitada no leading case pela União Federal quanto à modulação dos efeitos daquela decisão e forma de cálculo do crédito, os valores estimados poderão sofrer relevantes alterações. Desta forma, os referidos pleitos ativos contingentes não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto estão sendo divulgados. Para os presentes processos, a Companhia possui levantamento preliminar de documentos e realização de cálculos em 31 de dezembro de 2019, considerando o valor destacado em nota fiscal de saída. A Empresa estima um crédito de aproximadamente R\$ 12 milhões, mas esse valor pode mudar consideravelmente, dependendo dos desfechos dos eventos supracitados.

9. | IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
ICMS	15.724	21.418
COFINS a recuperar	21.230	24.090
PIS a recuperar	5.153	5.505
IPI a recuperar	-	52
Antecipações de IRPJ	13.948	21.268
Antecipações de CSLL	5.284	9.498
Total	61.339	81.831
Circulante	44.305	55.307
Não circulante	17.034	26.524



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

ICMS: A Companhia acumula créditos de ICMS em razão das exportações. Houve redução significativa destes saldos credores em 2019 em função de utilização destes saldos para compensar com débitos gerados com as vendas do mercado interno, principalmente de produtos processados. Além disso, parte destes créditos foram usados em processos de transferências para fornecedores ou para terceiros. Para o próximo ano está prevista redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de transferências de créditos de ICMS para terceiros. **PIS e COFINS a recuperar:** O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos empregados em produtos destinados à exportação e pelas saídas com alíquota zero. A redução dos saldos foi motivada pela compensação com INSS e tributos federais. Para o próximo ano está prevista redução deste saldo credor pelo aumento da produção e venda de processados e pela continuidade de compensação com outros tributos federais, principalmente com o INSS. **Antecipações de IRPJ e CSLL:** A redução do valor refere-se ao recebimento em pecúnia da Receita Federal do Brasil de pedido de ressarcimento feito em anos anteriores e compensações com tributos federais, o saldo remanescente é realizável mediante a compensação com impostos e contribuições federais ou ainda através de restituição pecuniária. Os valores de impostos a recuperar, cujas expectativas de realização ultrapassam doze meses, são reconhecidos como ativo não circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS LÍQUIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

Ativo	2019	2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	170	131
Provisão para contingências	12.116	10.748
Provisão para comissões	700	645
Provisão variação cambial passiva	1.692	52
Prejuízos fiscais do imposto de renda	12.987	20.161
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	5.073	7.655
Provisão para participação do resultado	1.975	–
Outras diferenças temporárias	6.313	7.185
	41.026	46.577
Passivo	2019	2018
Custo atribuído	(36.941)	(37.883)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(552)	(670)
Ajuste a valor justo de investimentos	(704)	(704)
Provisão sobre reavaliação	(1.950)	(2.107)
Ajuste depreciação fiscal e societária	(5.510)	(4.741)
Ajuste juros sobre financiamento de imobilizado	(1.084)	(1.126)
Outras diferenças temporárias	(264)	(239)
	(47.005)	(47.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(5.979)	(893)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2019 no exercício de 2020. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo diferido estão no exercício de 2020. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	95.239	(60.914)
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(32.381)	20.711
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(1.144)	(275)
Receitas não tributáveis	3.133	3
Juros sobre o capital próprio	3.774	4.556
Imposto de renda e contribuição social	(26.618)	24.995
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.532)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.086)	24.995
	(26.618)	24.995
Alíquota efetiva	28%	41%



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edifica- ções	Máqui- nas e equipa- mentos	Móveis e uten- sília- s	Insta- lações	Veí- culos	Equipa- mentos de processa- mento de dados	Outros ativos fixos	Imobili- zado em anda- mento e adianta- mentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.196	122.900	128.170	3.075	26.597	773	4.541	527	7.562	388.341
Adições	–	136	7.228	184	265	163	245	43	15.886	24.150
Transferência	–	3.092	2.044	31	2.438	–	–	–	(7.605)	–
Baixas	–	(91)	(4.953)	(147)	(45)	(223)	(91)	(71)	(105)	(5.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.196	126.037	132.489	3.143	29.255	713	4.695	499	15.738	406.765
Adições	6.928	1.518	11.159	242	347	20	1.846	87	21.873	44.020
Transferência	–	9.153	17.600	6	6.399	–	–	–	(33.158)	–
Baixas	–	(60)	(1.710)	(70)	(64)	(275)	(58)	(25)	(34)	(2.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	101.124	136.648	159.538	3.321	35.937	458	6.483	561	4.419	448.489
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2017	–	35.670	44.540	1.991	9.469	345	3.338	333	–	95.686
Depreciação do exercício	–	4.870	8.799	198	1.532	106	467	73	–	16.045
Baixa	–	(88)	(4.244)	(131)	(45)	(77)	(88)	(60)	–	(4.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	40.452	49.095	2.058	10.956	374	3.717	346	–	106.998
Depreciação do exercício	–	5.235	10.706	204	1.929	46	597	95	–	18.812
Baixa	–	(51)	(1.517)	(65)	(64)	(183)	(56)	(24)	–	(1.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	45.636	58.284	2.197	12.821	237	4.258	417	–	123.850
Saldo do imobilizado										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.196	85.585	83.394	1.085	18.299	339	978	153	15.738	299.767
Saldos em 31 de dezembro de 2019	101.124	91.012	101.254	1.124	23.116	221	2.225	144	4.419	324.639
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%	20%		

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

c. Ativos fixos dados em garantias de financiamentos: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o montante de R\$ 175.098 (R\$ 183.159 em 2018) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, edificações, instalações, máquinas e equipamentos e terrenos, dados em garantias de financiamentos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2019	2018
Capital de Giro	7,80% a 9,00% a.a.	2020	R\$	19.176	23.593
	5,80% a 7,80% a.a.	2020	R\$	20.071	69.327
	6,30% a.a.	2020	R\$	10.133	–
	100% CDI + 3,74% a.a.	2024	R\$	10.668	12.222
	100% CDI + 2,42% a 3,99% a.a.	2022	R\$	45.295	88.360
	3,62% a 5,40% a.a. + variação cambial	2020	US\$	72.565	47.331
	3,80% a.a. + IPCA	2024	R\$	10.051	–
Investimentos					
BNDES/BRDE/BADESC	3,48% a 5,00% a.a. + TJLP	2026	R\$	5.174	7.269
	8,00% a 8,30% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	5.068	5.992
	8,70% a.a.	2022	R\$	294	431
	2,50% a 9,50% a.a.	2024	R\$	20.173	26.707
	100% CDI + 3,74% a 4,00% a.a.	2027	R\$	10.909	688
	6,43% a.a. + IPCA	2030	R\$	8.040	–
FINEP	9,00% a.a.	2027	R\$	8.400	4.703
LEASING	12,41 a.a.	2022	R\$	1.197	–
				247.214	286.623
Parcelas circulante				165.352	191.057
Parcelas não circulante				81.862	95.566

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2021	28.786
2022	19.979
2023	15.468
2024 - 2030	17.629
	81.862

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis e estoques. Os contratos de financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, não possuem cláusulas do tipo “*debt covenants*” que requerem a manutenção de determinados índices econômicos financeiros. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, os juros pagos por empréstimos foram reclassificados para atividade operacional no ano de 2019. A reclassificação do período correspondente não foi efetuada pois o valor é imaterial.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está representado por 348.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1º de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2019 houve uma realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2.768 com a realização do imposto de renda e contribuição social no valor R\$ 941, sendo R\$ 1.827 o valor líquido de realização, remanescendo um saldo de R\$ 71.708.

c. Reservas de lucros: (i) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2019, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 3.431 acumulando, sendo que o valor total, nesta data, totaliza R\$ 12.042.

(ii) Reserva de retenção de lucros: Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2019, o montante constituído da reserva de retenção de lucros de R\$ 49.862 destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2020 e reforço do capital de giro. O valor total da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 89.939.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido. Os dividendos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício de 2019 foram de R\$ 17.155, sendo que, os juros sobre capital próprios de R\$ 11.100 foram imputados aos dividendos, e R\$ 6.055 foram creditados na conta dos acionistas. A destinação dos dividendos creditados em 31 de dezembro de 2019 será deliberada em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2020. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2019 a Companhia calculou e creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 11.100, líquido de IRRF R\$ 9.435 (R\$ 13.400 em 2018, líquido de IRRF R\$ 11.390), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Na reunião do conselho de administração ocorrida em 14 de outubro de 2019 foi aprovado o crédito de juros sobre capital próprio. O valor foi creditado na dia 22 de outubro de 2019 na conta corrente dos acionistas, sendo R\$ 5.435 para pagamento em 02 de janeiro de 2020 e R\$ 4.000 para deliberação da assembleia. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta resultado acumulado no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 3.774 (R\$ 4.556 em 2018) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos: A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	45.659	37.824
Contas a receber de clientes	177.074	125.788
Total	222.733	163.612

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

c. Risco cambial: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a exposição cambial estava assim representada:

	2019		2018	
	Moeda estrangeira(US\$)	R\$	Moeda estrangeira(US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	2.267	9.136	2.613	10.125
Contas a receber	22.561	90.922	10.893	42.210
Adiantamento a fornecedores	11	43	400	1.550
Passivo				
Empréstimos	(18.006)	(72.565)	(12.215)	(47.331)
Contas a pagar	(2.199)	(8.864)	(876)	(3.393)
Adiantamentos de clientes	(143)	(578)	(145)	(562)
Exposição líquida	4.491	18.094	670	2.599

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

d. Instrumentos financeiros de hedge: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de venda de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes das exportações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 contratos de câmbio futuro de US\$ 15.000 (R\$ 60.451), reconhecidos pelo valor justo, na rubrica contábil de outras contas a receber e outras contas a pagar. Eventuais ganhos ou perdas foram reconhecidas no resultado e não perfazem montantes materiais.

e. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

f. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

g. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

h. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia, além de um prazo de pagamento não alongado.

16. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

Receita operacional bruta	2019	2018
Venda de produtos mercado interno	779.306	740.423
Venda de produtos mercado externo	590.467	356.851
Venda de mercadorias	834	1.197
	1.370.607	1.098.471
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(122.089)	(116.031)
Devoluções	(27.310)	(20.368)
Ajuste a valor presente	(5.144)	(5.081)
Receita operacional líquida	1.216.064	956.991

A receita da Companhia refere-se unicamente ao seu principal negócio, a comercialização de produtos derivados de suínos e bovinos. A receita está concentrada 57% no mercado nacional e 43% no mercado internacional. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

17. | DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Custos e despesas de vendas e administrativas	2019	2018
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	786.709	726.534
Despesas com pessoal	101.319	85.210
Depreciações e amortizações	19.431	16.455
FGTS	8.717	9.399
Benefícios a empregados	1.867	1.351
Despesas com energia elétrica	18.313	17.061
Outras receitas e despesas	141.123	142.017
Total	1.077.479	998.027
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	951.484	877.611
Vendas	109.929	105.415
Administrativas e gerais	16.066	15.001
	1.077.479	998.027

18. | RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas financeiras	2019	2018
Juros ativos	7.974	7.700
Variações cambiais ativas	10.196	10.802
Outros	286	570
	18.456	19.072
Despesas financeiras		
Juros passivos	(29.328)	(27.286)
Variações cambiais passivas	(14.611)	(11.692)
Outros	(1.285)	(1.322)
	(45.224)	(40.300)
Resultado financeiro líquido	(26.768)	(21.228)

Conselho de administração

Valdecir Pamplona
Presidente

Alidor Lueders
Vice-Presidente

Elvio de Oliveira Flores
Conselheiro

Edina Pamplona
Conselheira

Osmar Peters
Conselheiro

Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Fabio Ayres Marchetti
Conselheiro

Diretoria executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro

Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e Logística

Júlio César Franzói
Diretor Comercial Mercado Externo

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial

Edival Justen
Diretor de Suprimentos e Fomento

Cleiton Pamplona Peters
Diretor Comercial Mercado Interno

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros da

Pamplona Alimentos S.A.

Rio do Sul - SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 17 de março de 2020



**KPMG Auditores
Independentes**
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador
CRC RS - 083091/O-0 T-SC



Balanco Social Anual/2019 (em R\$ mil)

Empresa: PAMPLONA ALIMENTOS S.A.									
1 - Base de Cálculo		2019 Valor (Mil reais)			2018 Valor (Mil reais)				
Receita Líquida (RL)		1.216.064			956.991				
Resultado operacional (RO)		122.007			(39.685)				
Folha de pagamento bruta (FPB)		114.803			108.309				
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Alimentação		2.902	2,53%	0,24%	2.009	1,85%	0,21%		
Encargos sociais compulsórios		25.142	21,90%	2,07%	25.110	23,18%	2,62%		
Saúde		211	0,18%	0,02%	185	0,17%	0,02%		
Segurança e saúde no trabalho		1.250	1,09%	0,10%	1.220	1,13%	0,13%		
Educação		28	0,02%	0,00%	34	0,03%	0,00%		
Cultura		194	0,17%	0,02%	182	0,17%	0,02%		
Capacitação e desenvolvimento profissional		191	0,17%	0,02%	194	0,18%	0,02%		
Creches ou auxílio-creche		118	0,10%	0,01%	112	0,10%	0,01%		
Auxílio Transporte		402	0,35%	0,03%	639	0,59%	0,07%		
Auxílio Funeral		1	0,00%	0,00%	10	0,01%	0,00%		
Seguro de Vida do Empregado		246	0,21%	0,02%	197	0,18%	0,02%		
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Outros		104	0,09%	0,01%	0	0,00%	0,00%		
Total - Indicadores sociais internos		30.790	26,81%	2,53%	29.890	27,59%	3,12%		
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Cultura		411	0,34%	0,04%	46	-0,11%	0,01%		
Saúde e saneamento		180	0,15%	0,01%	0	0,00%	0,00%		
Outros		279	0,23%	0,02%	19	-0,05%	0,00%		
Total das contribuições para a sociedade		869	0,70%	0,07%	65	-0,17%	0,01%		
Tributos (excluídos encargos sociais)		145.402	119,18%	11,96%	87.005	-219,24%	9,09%		
Total - Indicadores sociais externos		146.272	119,89%	12,03%	87.070	-219,40%	9,10%		
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Disposição de resíduos		327	0,27%	0,03%	179	-0,45%	0,02%		
Tratamento de Emissões		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Custos de remediação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Custos de prevenção e gestão ambiental		149	0,12%	0,01%	281	-0,71%	0,03%		
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%		
Total dos investimentos em meio ambiente		476	0,39%	0,04%	459	-1,16%	0,05%		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa :		() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2019		2018					
Nº de empregados(as) ao final do período		3.010		2.811					
Nº de admissões durante o período		1.533		1.410					
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		161		132					
Nº de estagiários(as)		21		25					
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		474		442					
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.087		914					
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		18%		18%					
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		610		610					
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3%		2%					
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		40		41					
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2019		Metas 2020					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		27		29					
Número total de acidentes de trabalho		46		46					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT		
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2019: 388.465		Em 2018: 199.259					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		41,50% governo	28,81% colaboradores(as)	48,88% governo	48,16% colaboradores(as)	2,86% acionistas	12,03% terceiros	6,72% acionistas	20,99% terceiros
		14,81% retido		-24,75% retido					
7 - Outras Informações									



Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3426
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Casas de Carne

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João
CEP 88305-101 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-7330 ou 3366-6774
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Filiais de Distribuição

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
Telefone: (21) 2734-1133
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Itajaí - SC

Rod. Antônio Heil, nº 2205 - Bairro Itaipava
CEP 88316-001 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-9200
CNPJ Nº 85.782.878/0029-80 - CCICMS-SC. Nº 251.629.678

Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Área 04
CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

São José dos Pinhais - PR

Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo
CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR
Telefone: (41) 2104-8419
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Simões Filho - BA

Via de Penetração II, nº 938 - Sala 14 - Bairro Cia Sul
CEP 43700-000 - Simões Filho - BA
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Ribeirão Preto II - SP

Rua Franca, 2020, - Sala 02 - Bairro Vila Elisa
CEP 14.075-490 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (19) 3321-2111
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 797.530.831.118

Portão - RS

Rua Julio de Castilho, nº 1777 - Bairro Portão Velho
CEP 93180-000 - Portão - RS
CNPJ Nº 85.782.878/0036-09 - CCICMS-RS. Nº 213/0045507

Barueri II - SP

Av. Prefeito João Vilalobbo Quero, nº 1505 - G 01 - Sala 01 - Bairro Jardim Belval
CEP 06422-122 - Barueri - SP
CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 206.454.654.110

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, s/nº - Bairro Itoupava
CEP 89162-780 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 99144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Laurentino - SC

Granja Amoadó

Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoadó
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (49) 99151-8599
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3182
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 98822-5382
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 99145-6781
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
Telefone: (47) 99249-7190
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870

Pamplona



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115